

Devedores podem propor mudanças na negociação

Só falta uma decisão política do Grupo dos 24 — conjunto de países subdesenvolvidos que participam do Fundo Monetário Internacional — para que um relatório propondo mudanças no relacionamento do Fundo com os países devedores, preparado por um grupo especial de trabalho, seja submetido ao comitê interino do FMI, em reunião que acontecerá no próximo dia 8 de abril, em Washington, e que contará com a presença do ministro da Fazenda, Dílson Funaro, representando o Brasil.

O relatório foi concluído este mês e o economista Edmar Bacha, ex-presidente do IBGE, professor da Pontifícia Universidade Católica e um dos responsáveis pelo trabalho, acredita que, se aprovado, credores e devedores vão negociar dívidas e financiamentos de outra forma, que não implique, necessariamente, recessão para os países subdesenvolvidos e que permita a estes fazer ajustes na balança de pagamentos com crescimento econômico.

Bacha esteve em Washington nos dias 6, 7 e 8 deste mês, justamente para concluir um dos textos que alimentaram o relatório. Em seu trabalho, ele propõe mudanças no sistema de condicionalidades do FMI, de tal forma que também os países credores assumam compromissos com os devedores no momento da discussão da dívida. Este é um dos três pontos principais do relatório que Bacha chama de "condicionalidade recíproca": os países que entrassem em acordo com o FMI teriam garantido um volume adequado de financiamento por parte dos credores. Ou, na hipótese dos países credores não comparecerem com o dinheiro previsto, os devedores teriam assegurado acesso a recursos do Fundo e do Banco Mundial. Desta maneira, não seriam obrigados a gerar elevados superávits na balança comercial, à custa de compressão das importações e recessão, como ocorreu no Brasil, no período de 81/83, de acordo com a política econômica realizada pelo ex-ministro do Planejamento, Delfim Netto.

Para determinar o volume de recursos externos de que o País devedor necessitasse, segundo Bacha, o FMI faria "exercícios de crescimento", em vez do tradicional "exercício financeiro", no qual as metas da política interna são traçadas com base apenas nos recursos já dados e que configuram a dívida. A origem dos novos recursos cedidos pelos credores poderia ser a capitalização automática dos juros ou mesmo o aumento da capacidade de empréstimos do próprio FMI e do Banco Mundial.

Naturalmente, a primeira pergunta que se colocaria a essa proposta é se ela não estaria implicando um endividamento crescente e, nesse ponto, Bacha esclarece que a idéia de um novo entendimento entre o FMI e os devedores deve contemplar também o perdão parcial da dívida, refletindo, até mesmo, uma realidade no mercado internacional. "Já existe um mercado de segunda mão no qual os papéis da dívida brasileira velem 60% do seu valor nominal. Em outras palavras, o mercado internacional está dizendo que a dívida do Brasil vale 60 centavos de dólar. Trata-se de encontrar mecanismos que permitam aos países devedores se apropriarem desse desconto. Há um processo de perdas que precisa ser administrado", afirma ele.

A segunda proposta mais importante do relatório, segundo Bacha, é exatamente a de que o FMI se volte para essa administração da "reconstrução da dívida", no caso de países em que a capitalização dos juros e o dinheiro novo de instituições multilaterais (como o FMI e Banco Mundial) não resolveram o problema. E a terceira proposta é que "os programas do FMI prevejam a possibilidade de choques externos adversos e, portanto, acomodem o volume de financiamento à eventualidade dessas ocorrências". É o que já foi conseguido pelo México, que tem assegurado um volume de recursos, no caso do preço do petróleo cair no mercado internacional.